

Paisagem alterada: projeto para um inventário geométrico-territorial brasileiro

Clara Varandas Abussamra

Orientador: Prof. Vinicius Hernandes de Andrade (Escola da Cidade).

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso, Escola da Cidade, 2019.

A atenção do olhar ao território, à produção do espaço e às marcas que são produzidas no solo são defendidas neste inventário como ação indissociável à prática da arquitetura. Este trabalho começa num primeiro estrato textual, apoiado numa quadra termológica que estrutura o modo de ver as fotografias, ou seja, se atentando aos temas do território, do grafismo, da tecnologia e da consolidação de uma unidade inventarial. O segundo estrato trata das fotografias do território brasileiro, colecionadas sob o critério das marcas antrópicas que foram observadas. Partindo deste olhar superior sobre a terra,

as fotografias foram coletadas uma a uma, seguindo uma metodologia de coordenadas própria e inventada, em que se abstraí o sentido da divisão política estadual, com o fim de encontrar registros gráficos da ação humana. As imagens foram, então, agrupadas em cinco diferentes grupos que dialogam com a narrativa e procuram estabelecer um diagnóstico próprio do conjunto. Assim, este trabalho procura inaugurar um inventário territorial fotográfico ao mesmo tempo que possa contribuir na compreensão do significado das marcas que se pôde observar repetidamente sobre a terra.

Altered landscape: project for a geometric-territorial inventory of Brazil

Looking attentively at the territory, the production of space and the marks that are produced on the ground are defended in this inventory as an inherent action to the practice of architecture. This work begins with a first textual layer, supported by a thermal block that structures the way of viewing photographs, which is paying attention to themes such as territory, patterns, technology, and the consolidation of an inventory unit. The second layer deals with photographs of Brazilian soil, collected on the criteria of anthropic marks that were observed. Starting from this superior look over the land, the photographs were collected one by one, following an intentional and invented coordinate methodology, which abstracted the sense of state political borders in order to find graphic records of human action. The images were then grouped into five different groups that dialogue with the narrative and seek to establish a diagnosis of the whole ensemble. Thus, this work seeks to inaugurate a photographic, territorial inventory at the same time it can help to understand the meaning of the marks repeatedly observed on the land.

Paisaje alterado: proyecto para un inventario geométrico-territorial brasileño

La atención de la mirada hacia el territorio, la producción del espacio y a las marcas que se producen en el terreno se defienden en este inventario como una acción inseparable de la práctica de la arquitectura. Este trabajo comienza en un primer estrato textual, apoyado por un bloque termológico que estructura la forma de ver las fotografías, es decir, prestando atención a los temas del territorio, del grafismo, de la tecnología y de la consolidación de una unidad de inventario. La segunda capa trata de las fotografías del territorio brasileño, recopiladas según los criterios de las marcas antrópicas que se observaron. A partir de esta mirada superior sobre la tierra, las fotografías se recolectaron una por una, siguiendo una metodología de coordenadas propia e inventada, que abstraigo el sentido de la división política del estado, con el fin de encontrar registros gráficos de la acción humana. Luego las imágenes fueron agrupadas en cinco grupos diferentes que dialogan con la narrativa y buscan establecer un diagnóstico del todo. Por lo tanto, este trabajo busca inaugurar un inventario territorial fotográfico al mismo tiempo que pueda ayudar a comprender el significado de las marcas que se han podido observar repetidamente en la tierra.

A IDEIA DE TERRITÓRIO

Me surpreende o tamanho do Brasil. Enquanto vivia um período num país que não era o meu, o tamanho do Brasil vinha sempre à minha cabeça. Existem algumas maneiras de se entender o tamanho do país, uma vez que os números com tal grandeza não passam de dados abstratos — oito milhões de quilômetros quadrados. Um poderia fazer uma viagem de carro do extremo sul ao extremo norte, o que levaria oitenta e seis horas. A pé, caminhando sem parar, seriam quarenta e oito dias. Num voo estratosférico também é possível ver a extensão de todo o pano brasileiro, como numa planta geral do país. A visão de cima permite compreensões que a visão na terra não possibilita, assim como o caminhar dá uma apreensão que o voo não tem. De cima é possível comparar tamanhos. É possível ver manchas, linhas, símbolos e signos e se perguntar o que eles representam. É possível ver marcas de expansão. É de cima que se vê marcado qualquer caminho e assentamento em terra que torna o território o que ele é, e é de cima que se apreende o desenho que a ocupação determinou. Se ficam evidentes as ações e relações que foram sendo construídas sobre a terra e se os resultados destes processos têm um grafismo, este voo de cima dá cara ao território.

A indagação inicial sobre o rosto do território brasileiro se deu perante a vivência que o nosso país teve como colônia por um longo tempo. Viver o território de lá fez com que o nosso de cá virasse fonte de uma grande inquietação própria. Se era esperado de início encontrar lá o mesmo modo de constituir cidades e tratar a terra que conhecia aqui, foi rapidamente desfeito o engano. As metrópoles se assentavam sobre bases completamente diferentes. Porém, se na busca por Portugal eu pretendia entender mais sobre o Brasil, foi no grafismo da terra que se evidenciou o início de uma relação.

Em Portugal, o território me pareceu ser um termo primordial para toda a razão de ser das cidades. Antes de tudo que se construiu, existia o território que já estava. Em Lisboa, a cidade se assenta sobre uma lógica muito clara de cotas, que era cotidianamente vivida nos deslocamentos e na qual a topografia regeu, num primeiro

momento, a hierarquia de sua construção. As linhas de fecho e as linhas de vale separam o que é importante do que é cotidiano. No entremeio da cota alta e da baixa estava o caminho por onde a cidade se assentou.

A herança islâmica de uma cidade labiríntica, de traçado inerente à topografia, ainda que não absoluta na construção urbana, é visível nas cidades lusas e, mais ainda, retrata também sua fixidez. O caráter inerte da malha orgânica labiríntica muito remete a um território imutável e fixo. Na vivência da cidade de Lisboa, aprendi que esse território era um suporte e, usando aqui a definição do arquiteto João Luís Carrilho da Graça, que muito trata deste tema, era também uma invariabilidade, que receberia nossa existência e seria marcada por ela (TORRECILLAS, 2014). A leitura, então, se tornou clara: o território continuava a ser visto como o alicerce urbano, que havia fundamentado uma primeira ocupação que progrediu para se tornar Portugal. A consideração pela presença física da terra fez com que as linhas que formariam o território, fossem elas as estradas que cruzariam o país ou as malhas que organizariam as cidades, se comportassem como plano fluido, moldado por esse suporte.

Foram os escritos de Carrilho da Graça sobre o território que me fizeram, naquele momento, me atentar às linhas que definiam aquela cidade e às linhas que depois procuraria ver no meu próprio país. Se era tão primordial aos portugueses a atenção ao terreno, à topografia, aos vales e às montanhas, qual lógica havia regido a consolidação de uma colônia portuguesa na América para que houvesse resultados tão díspares? Com que intenção se fez o traço primeiro da ocupação deste lugar e que tipo de legado essa intenção nos deixou?

Como resumo a essas questões, é importante pontuar o que logo se tornou óbvio: ao Brasil não cabe a mesma leitura que se faz de território em Portugal. Para além das evidentes diferenças de composição, dimensão e geografia, não foi possível construir um território sobre as mesmas bases de Portugal porque houve uma diferença lógica na maneira de ocupar. No Brasil, não se pode considerar o território como parte separada do processo humano ou como elemento primordial da ocupação.

Isto porque durante grande parte do processo de antropização da América, nosso território foi exaustivamente explorado por uma metrópole ultramar. Aqui, o território "resultou" de um intenso processo de colonização e a ocupação tornou-se indissociável daquilo que era apenas terra.

É a partir desse fato que este trabalho pretende inventariar: nossa herança colonial de produção do espaço torna indissociável a leitura do território das marcas e dos processos de exploração que foram gravados sobre ele. Olhar atentamente para a extensão territorial brasileira, por meio de fotografias aéreas, e para a história que caminha junto a ela me mostrou que as linhas que se traçam sobre o chão, sejam elas de tinta ou de terra, e, para além das linhas, a intenção com que o traço é feito são determinantes para o espaço que virá a ser. As ocupações violentas, traumáticas e decisórias, que foram feitas sobre este pedaço do mundo, deixaram cicatrizes que caracterizam nosso país. É sobre isso que se trata o inventário aqui proposto: identificar as marcas presentes no território e qual intenção é legada à nossa produção do espaço.

Este inventário não pretende fazer nenhum tipo de redesenho ou proposição de reestruturação. Não há aqui intenção de anular o que foi nossa história ou reverter o modo com que a máquina gira na intenção de vislumbrar algo "próspero" para este pedaço de América. O trabalho contenta-se em ser um inventário provisório e não procura ser completo. É antes um projeto de inventário que visa principalmente chamar atenção ao tema e ao seu imenso potencial e construir um repertório que reconhece padrões e sistemas. O trabalho reivindica o mérito por identificar os registros da ocupação do território como aspecto cultural de grande interesse e afirmar que o que foi da nossa formação nos trouxe até aqui. Este inventário pretende colocar à frente dos olhos tudo o que temos e registrar as marcas que desenhamos sobre o chão.

A IMAGEM VISTA DO AR

O impressionante desenvolvimento recente das tecnologias da informação e imagem tem proporcionado muitas novas frentes de

pesquisa na área da preservação cultural. Apesar de serem também uma forma de dominação e controle, os sistemas contemporâneos de monitoramento global via satélite, com imagens e dados georreferenciados, proporcionam uma ferramenta inédita para a observação do território, contribuindo para a ressignificação de um ponto de vista sobre o patrimônio construído: a visão de cima ganha um novo significado e as imagens de satélite passam a ter um papel de registro.

A fotografia da superfície da Terra permite que se veja a extensão das marcas humanas e a correlação que elas estabelecem entre si. Permite ver o habitado e o inabitado, o explorado e a terra virgem. Fazer uma leitura vertical dessas imagens — que sobreponha os grafismos da terra com os elementos de caráter histórico, social e econômico que estão por trás deles — é ir além do que a imagem nos permite ver. É um jogo entre o visível o invisível, a forma e a estrutura que a sustenta.

O processo de observação aqui proposto para este inventário teve uma metodologia própria. Foram traçados quinze paralelos e outros quinze meridianos que abrangiam os limites do país e dividiam o recorte em duzentos e cinquenta e cinco quadrantes, dos quais cento e vinte e seis se encontravam dentro do território nacional. Cada um desses quadrantes abrangia uma área de noventa mil quilômetros quadrados.

Fazendo uso das imagens do satélite Landsat 8, fotografou-se então cada um dos quadrantes contidos no Brasil, num processo que partia da gradação: partindo da visão geral do recorte, se percebiam as diferentes composições morfológicas e antrópicas que se encontravam marcadas à distância. Depois, numa primeira aproximação, buscou-se fotografar cada uma delas e a fronteira entre elas. A última aproximação buscou as particularidades do entorno, relações imediatas que podiam ser percebidas através deste tipo de visão, determinadas pelos grafismos que eram vistos de longe. O resultado foi um total de duzentas e setenta fotos, em diferentes escalas, representando relações diversas. Esse primeiro conjunto foi agrupado em subgrupos e peneirado, procurando dentro das fotografias indícios geométricos correlatos. Neste inventário estão presentes oitenta e cinco fotos, reunidas em cinco grupos: as manchas à

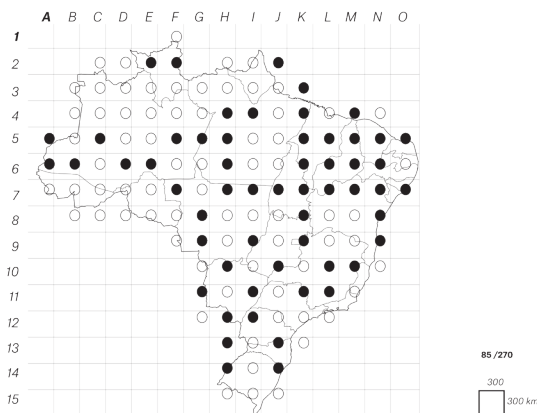


Diagrama da organização dos quinze paralelos e meridianos que definem os duzentos e cinquenta e cinco quadrantes do território nacional que serviram de base e metodologia de organização para o inventário.

noroeste, os grafismos da exploração da terra, os buracos no chão, as cidades como resultado e as linhas construídas.

Em cada grupo se pretendeu ver de que modo o grafismo se apresenta no território, dando atenção especial às linhas visíveis na terra e a que tipo de relações elas estabelecem tanto intragrupos quanto de maneira geral entre si, localizadas no contexto de formação histórica e econômica do país.

A LINHA E O GRAFISMO

As linhas que foram traçadas sobre a América Latina podem ser vistas a imensa distância. São linhas de divisas, de tratados políticos, de mega infraestruturas viárias, de pequenas estradas de terra, e também aquelas que estão ordenadas dentro da malha de uma cidade. São linhas primárias e secundárias na interligação de assentamentos marcadas no chão e reafirmadas pelos fluxos, são também linhas políticas que determinam fronteiras e que nem sempre partem de uma marca no solo, mas frequentemente são visíveis através das relações que determinam.

O movimento de se aproximar ao encontrar o indício da linha é uma espécie de arqueologia visual; existe um objeto curioso e rígido em seu grafismo que risca o chão, que sulca o solo ou que corta uma montanha, e nasce dele o interesse em entender essa segunda camada, que se

soma ao território e que faz com que ele se molde ao objeto e obedeça às novas regras que este impõe.

O traçar de linha sobre um território é uma manifestação humana, mas outros tipos de intenções podem estar contidos nesse exercício. Em 1493, uma primeira linha ortogonal, traçada sobre um mapa, definiu uma divisão da América entre dois povos europeus. A primeira afirmação de posse sobre esse continente, de propriedade a ser dividida, se dá nesse contexto no ultramar, partindo de um gesto de traço. Muitos outros tratados se seguiram a este, outras linhas sobre papel, que continuamente dividiram a terra e delegaram posses a terceiros. Essa primeira não era uma linha física, era uma linha abstrata, que não conhecia o que passava por baixo dela, se eram rios, florestas ou vales, mas confirmava a posse sobre todo seu redor.

A linha como afirmação de posse e vetor de desenvolvimento é uma constante reconhecida neste inventário brasileiro. O exercício do traço como organizador do espaço ou como desbravador de um lugar ainda não ocupado é percebido com facilidade nas fotos e de maneira geral no território, independente de regionalismos. Presentes em nosso país como divisões de lotes agrários entre grandes latifúndios, infraestruturas que interligam pequenas cidades, sulcos geométricos que rasgam a Amazônia ou pequenos assentamentos em grelha, o traço geométrico vem imbuído de um grafismo que denuncia as relações dos quais ele é resultado, relações essas que transitam da pequena à grande escala.

O antropólogo Antonio Risério, na seguinte passagem, procurou reconhecer as bases do estabelecimento de uma urbanização formal e de continuidade do emprego geométrico no Brasil:

Podemos pensar aqui, num horizonte bastante genérico, o sentido da estruturação urbana formalizada, geométrica, no Brasil. É evidente que o sentido do traçado urbano regular ou racionalista é dado numa espécie de tripé relacional. Numa ponta, a grelha surge em plano dialógico, situada no próprio campo das linguagens urbanísticas. Em outras, sua aparição é indistacável da contextura cultural, solicitando assim leituras interpretativas

de natureza histórica, sociológica e antropológica. E, ainda em outra, a grelha se materializa em circunstâncias concretas, do ponto de vista político e social — sob o jogo e o fogo de interesses e projetos de determinados atores em movimento no conjunto da sociedade. [...] De qualquer sorte — e de modo genérico, repito — penso que, no caso brasileiro, podemos fazer uma grande distinção. Num primeiro momento, a grelha brasileira é indissociável, principalmente, dos conceitos colonizar e civilizar. Num segundo, de civilizar e modernizar. (RISÉRIO, 2013, p.137).

Da citação, uma vez já colocada a indissociação da geometria de um contexto cultural e histórico, ressalta-se a participação da forma ortogonal num jogo de interesses e intenções que avança temporalmente para além da colonização.

No que se refere à grelha, o levantamento de imagens realizado consegue afirmar que as noções de uma geometria ligada ao colonizar, ao civilizar e ao modernizar se estendem além dos *grids* urbanos. Os vetores de expansão que se verão a noroeste são um exemplo disso. A BR-230, a rodovia Transamazônica, cruza transversalmente o Brasil pela porção norte. Construída no início da ditadura militar, a rodovia pretendia cruzar o território para interligar a região norte ao resto do país, estendendo-se inclusive até os países vizinhos à oeste, e povoar uma área vista pelo governo como inabitada. O plano nunca se concluiu, e a rodovia hoje possui mais de cinco mil quilômetros, dos quais apenas mil e oitocentos se encontram pavimentados. No trecho que passa pelos estados do Amazonas e do Pará, ela estabelece um eixo de exploração que, a distância, se confunde com o corpo de um rio. Visto de longe, a estrada é um traço branco constante, com eixos perpendiculares que se originam dela, mas que não alcançam vilas ou assentamentos, consolidam-se apenas como eixos verticais de extração de madeira e desmatamento. Os vetores em formato de espinha de peixe se verão constantes nas imagens dessa região. Mesmo que a intenção tenha origem em um desejo civilizatório e moderno, a realidade do traço da BR-230, entretanto, acabou por ser mais colonial, se assim pode-se dizer: é

uma linha que permeia a região e estabelece geometrias e manchas de extração de madeira, que avançam junto com seu risco no chão. Parcamente estabelecem cidades, e quando o fazem, são pequenas, pontuais, isoladas e ortogonais.

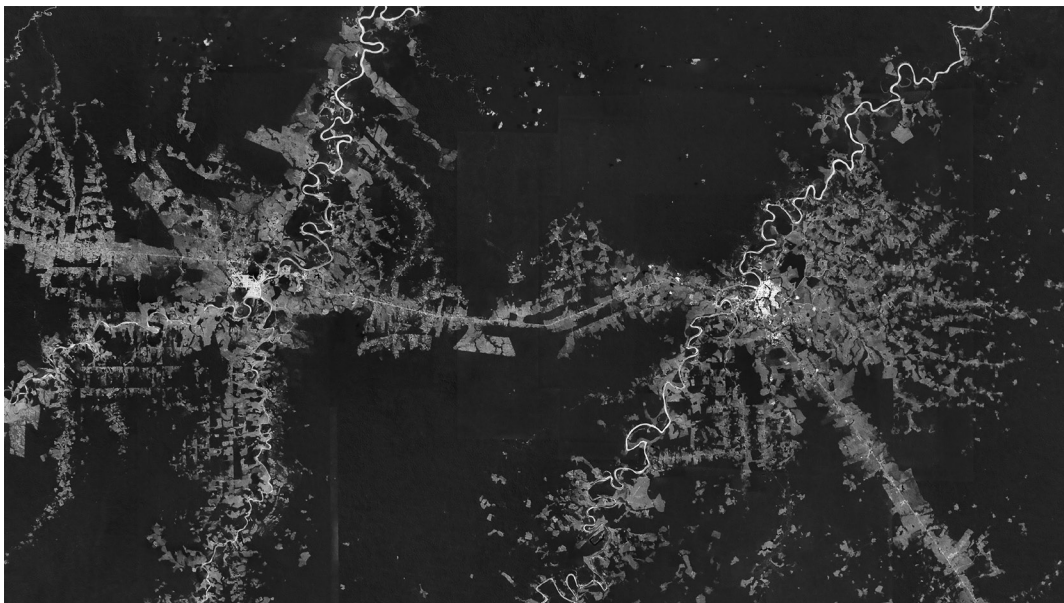
O exemplo da Transamazônica é particular, mas, de modo geral, é um modelo que se vê repetir à exaustão território adentro. Deste devaneio sobre o grafismo no território do Brasil, é necessário transpor ao inventário a ideia geral e buscar identificar nele a intenção política do traçado, a raiz que rege as linhas que rasgam o território. O desenho que está presente no território é expressão de uma civilização e também da mentalidade da produção do espaço. São linhas antrópicas, presentes e determinantes de relações com o entorno. São linhas que ganham complexidade à medida que se avaliam seus desígnios.

O INVENTARIAR

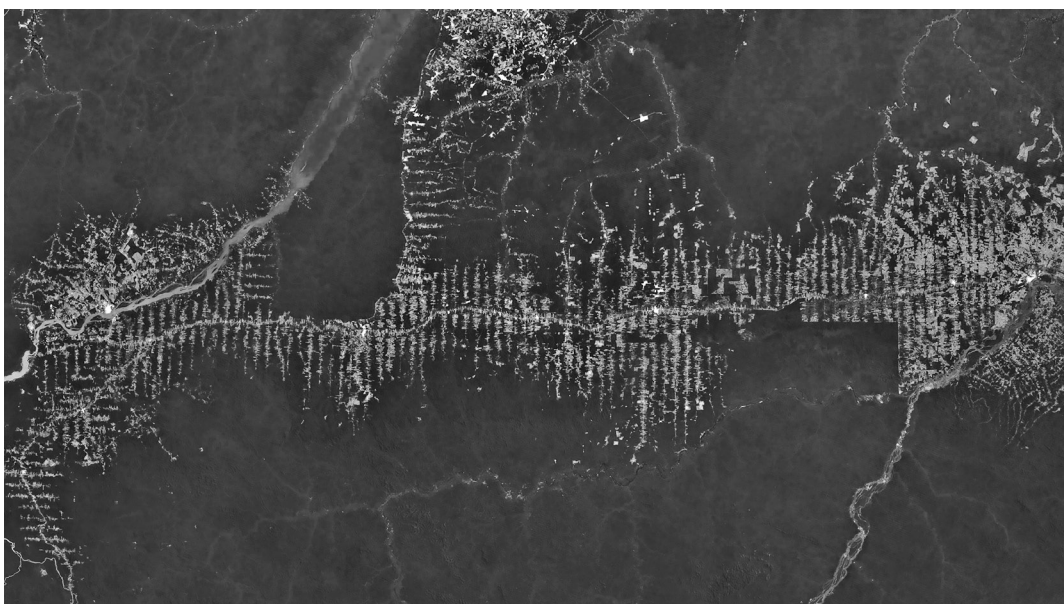
Conforme o “Dicionário do Patrimônio Cultural” (IPHAN, 2016), “inventário”, de acordo com a sua etimologia, se origina do termo latino *inventarium*, com o sentido de “achar”, “pôr à mostra”, “dar a conhecer” (HOUAISS, 2016 apud MOTTA; REZENDE, 2016). Segundo Lia Motta e Maria Beatriz Rezende, o termo inventário associa-se ao termo patrimônio.

[Os dicionários da língua portuguesa] em comum empregam o sentido de relacionar, contabilizar, descrever, enumerar minuciosamente, proceder a levantamentos individuados e completos, achar, descobrir, sendo modos pelos quais se torna possível valorar os itens que compõem um determinado patrimônio.

No caso do patrimônio cultural, inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. Processo, conforme afirmado anteriormente, que é permeado por juízos de valor, uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou



B-06-01: Conexão entre as cidades de Feijó e Taruacá, e a mancha que elas determinam.



H-04-01: Dois eixos longitudinais organizam o extrativismo no Pará. A nordeste, um grafismo em espinha de peixe ao longo da rodovia Transamazônica.

determinada história. Essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariação é o objetivo do trabalho. O que e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. (MOTTA; REZENDE, 2016, p.5).

Choay entende que pesquisar e estudar — levantar dados e compará-los — significa dotar a produção do saber de um caráter científico (CHOAY, 2001). O inventário é, até hoje, considerado um instrumento a serviço de um saber científico, embora esteja claro que não se trata de um instrumento neutro, como, de resto, nenhum conhecimento o é. Mas a atitude de inventariar objetiva produzir o conhecimento dentro de recortes e critérios explicitados em um método, em procedimentos ou, pelo menos, em premissas.

Partindo de um grande conjunto de fotos, e identificando uma narrativa que perpassava todas elas, entendeu-se que este trabalho de observação e coleta finaria em um inventariado. Por não pertencer a nenhuma disciplina pontual, e sim buscar um diálogo correlato, à primeira vista este pode parecer um conjunto irracional de bens, porém, não o é. Fotografar a superfície do território, registrou um modo de organização e produção do espaço cujo plano de fundo é um caráter exploratório. Partindo desse conjunto, é possível constituir, para além de um registro, um discurso visual e gráfico que pretende um diagnóstico interdisciplinar (LIMA; MALEQUE, 2004, p.69). Deste modo, o inventário pretende tornar o território fotografado um documento histórico, a ser periodicamente revisto em diálogo crítico com a realidade.

AS MANCHAS À NOROESTE

O primeiro conjunto de imagens parte de uma escala mais afastada do território. O levantamento constitui, no inventário, uma primeira ideia de continuidade da noção de colonização nos moldes exploratórios. Nas fotos, vetores desmatados criam desenhos vistos de longe que, numa aproximação progressiva, se mostram padronizados. São lotes desmatados, organizados ao longo de estradas informais, ligadas à uma estrada principal. No encontro entre duas vias se

encontravam pequenos assentamentos. Estes consolidavam redes de pequenas cidades ao longo de uma rodovia principal.

Os vetores de expansão do noroeste fazem parte de uma intenção governamental de conduzir um processo civilizatório, modernizador e colonizador na região norte a partir da década de 1960. A Transamazônica ou o conjunto de rodovias que se consolidou com Belém-Brasília são estruturantes dessa lógica e acabam por estruturar também os grafismos de exploração que vemos nas imagens. A realidade dessas linhas, que constituem grafismos ora semelhantes à uma espinha de peixe ora perdidos em aglomerados, acaba por não obedecer a um processo de ocupação de fato. As linhas que permeiam o noroeste brasileiro estabelecem desenhos no solo e manchas de extração que avançam junto ao traço, não pretendendo estabelecer cidades, mas ocasionando assentamentos pontuais que suportam a lógica do mover-se à medida que o entorno já estava por demais exaurido. Nesse contexto, o “desbravar” e o “ocupar” são sinônimos de “explorar”.

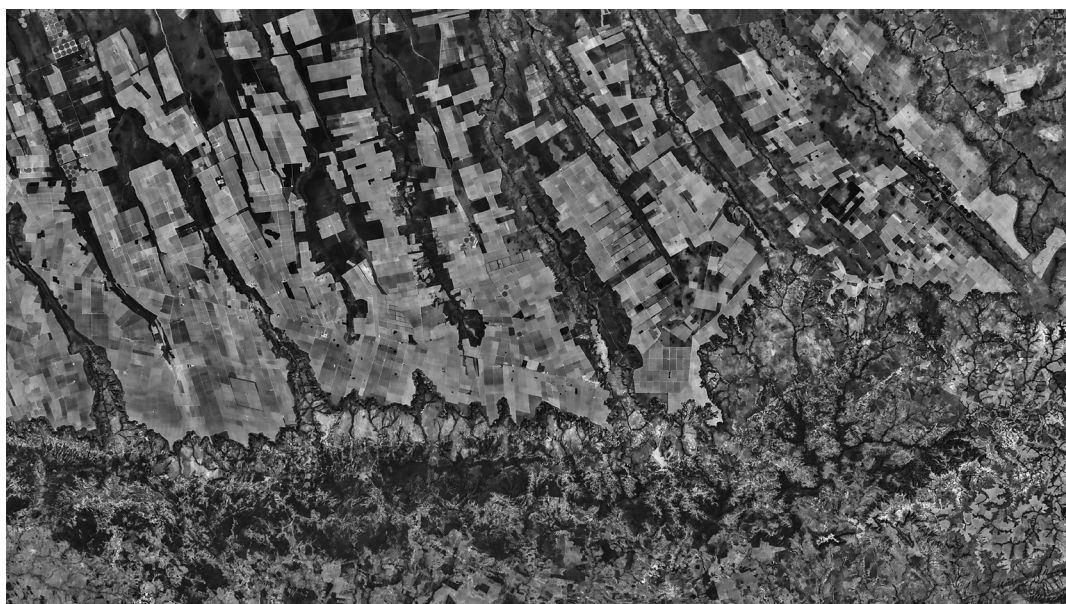
GEOMETRIAS DA EXPLORAÇÃO

Só temos a escolha entre uma natureza domada com tanta impiedade, que mais se tornou uma fábrica ao ar livre [...] e outra que [...] foi suficientemente ocupada pelo homem para dar-lhe o tempo de saqueá-la, mas não bastante para que uma lenta e incessante coabitação a tenha elevado à categoria de paisagem. (LÉVI-STRAUSS [1953], 1996, p.90).

A exploração é visual. As imagens desse grupo evidenciam que tudo aquilo que deixa rastro marca o solo, exaure a terra e transparece um mote econômico da produção do espaço. A constância geométrica não interessa tanto quanto a relação que a mancha agrícola e pecuária estabelece com o território. À medida que esses grandes latifúndios ocupam formalmente o solo, estabelecem conflitos entre a topografia que os recebe, as fronteiras agrícolas e administrativas, as áreas de reserva e as áreas virgens. O resultado é uma composição entre formas



I-07-01: Querência, cidade com PIB *per capita* de R\$ 75.163,71 (IBGE, 2016).



K-08-03: Região do Matopiba, nome que se dá à fronteira agrícola entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, responsável por 10% da produção de grãos do país. (SNA, 2014).



K-11-01: Rodovia Washington Luís cruzando o cerrado ao norte de São Paulo.

orgânicas e naturais do território em contraponto com loteamentos desenhados de forma arbitrária à pré-existência.

Confundem-se também causa e consequência: a imensa dimensão dos lotes, pastos ou manchas agrícolas mascara qualquer indício de que um assentamento urbano tenha preexistido à exploração do solo. Como se verá a seguir, grandes empresas colonizadoras ou grupos latifundiários, atuam na expansão da atividade agrícola para o interior dos estados e fundam assentamentos que muito frequentemente não apenas levam o nome da empresa, como se desenvolvem em malhas ortogonais, rigorosamente desenhadas e implantadas ao centro da mancha.

A GRELHA COMO AFIRMAÇÃO

Entre os vetores que foram apresentados no primeiro tramo deste inventário — as manchas agrícolas e agropecuárias e as minas de extração — existe em comum, como é de se esperar, o tema da cidade. Tais maneiras de produzir o espaço tendem a uma lógica sistêmica da ocupação que

resulta em pequenos assentamentos e que dão suporte a essas imensas geometrias do território. Não parece se pretender a contínua expansão do assentamento nessa lógica, nem a consolidação de um sistema que de fato trabalhe a coabitação dessas duas esferas, visto que a atividade econômica tende a ser macro, enquanto a ocupação é frequentemente micro.

A constância é da presença da grelha. Nesses pequenos assentamentos, a grelha provou ter um caráter afirmativo na ocupação. Reforçando a fala de Antonio Risério (2013), o traçado urbano regular parte de um tripé relacional. Das três relações que ele pontua, cabe aqui a da grelha que se materializa em circunstâncias políticas sobre o interesse de determinados atores — a mesma grelha que é ora colonizadora ora modernizadora. A ortogonalidade dos traçados das cidades que se vinculam a estas atividades econômicas parecem existir para reafirmar uma ocupação no local.

A grelha neste cenário não mantém vínculos com o território nem parece se reger pela pré-existência. É um modelo genérico de cidade, que não demanda grandes infraestruturas para se implantar.



L-06-01: Terras agrícolas progredindo geometricamente no solo.



N-05-02: Pastos acompanhando linhas de infraestrutura; a organização em blocos geométricos.



o-04-01: Refinarias de sal próximas à cidade de Mossoró; campos de extração de petróleo pertencente à Petrobras em Canto do Amaro compõem a zona pontilhada (PETROBRÁS..., 2013); ao lado, as terras quadriculadas fazem parte da Serra do Mel, antigo projeto de colonização, concluído em 1982, que hoje constituem mil cento e noventa e seis lotes agrários divididos em vilas agrárias comunitárias, dedicadas exclusivamente à *produção de caju* (PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA DO MEL).



g-08-01: Município de Campo Novo do Parecis.

É um assentamento que mais sustenta a tomada do território pela exploração como parte de um sistema do que dialoga com um contexto cultural, territorial e sociológico.

A INFRAESTRUTURA DA LÓGICA

Partindo da lógica da exploração, a expansão torna-se uma consequência clara e direta. Neste sentido, mecanismos transformam o território de modo a torná-lo o que convém e a quem convém. Sendo a terra objeto e produto dessa lógica, as últimas linhas deste inventário tratam dos rasgos construídos que estruturam e garantem o bom funcionamento do sistema de exploração do território.

À medida que são descobertas novas *commodities* que provêm da terra, outros grafismos passam a aparecer, de modo que o território permanece em incessante mudança, sobrepondo camadas da ocupação humana, numa contínua busca pelo melhor proveito.

Tais mecanismos criam grafismos que desenham no território também sua temporalidade. Esta última camada do inventário se atém à lógica da exploração, porém, com sua faceta mais contemporânea, são linhas em constante transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de uma ocupação claramente ligada à exploração da terra coloca os recursos naturais no centro da relação do território brasileiro com o próprio país e o mundo. O inventário contraria a ideia de uma paisagem singular e imponente e também a visão urbana de uma produção do espaço que ruma a ser planejada e funcional. As fotografias mostram que a paisagem foi profundamente recortada e dividida e que a produção do espaço não consolida uma unidade. Pôde-se ver no compilado de fotos uma realidade estabelecida, com um *modus operandi* definido quando se trata da ocupação do solo.

A linha, enquanto grafismo presente na composição do território, se mostrou diretamente ligada à exploração dos recursos naturais da terra, a ponto de se tornar um critério dominante na

organização do inventário. O desmonte do território e dos recursos naturais brasileiros e a transformação da paisagem em indústria produtiva, reproduzem um discurso colonizador datado, que muito facilmente se confunde com a ideia do progresso, da modernidade e de ambição econômica de uma civilização.

A sequência de retiradas, cortes, corrosões, sobreposições de infraestruturas e assentamentos, que foram inventariados, constituem um repertório de operações na paisagem que transformam o território e imprimem nele seus processos, que nem sempre pretendem a fixidez e a continuidade da ocupação. Desse modo, fazem parte do território as estruturas que exploram e alteram sua constituição, visto que a intenção por trás de todas elas é parte primordial da maneira que se ocupa o território e obedecem a uma perspectiva desenvolvimentista.

O repertório aqui identificado revela a intenção de conquista e posse que, por tanto remeter a ocupações posteriores, soa como o modelo único disponível no imaginário nacional. Assim, a produção urbana do espaço brasileiro foi marcada por esses grandes traços, normalmente associados a obras de infraestrutura, concebidos para a eficiência da exploração do território. A história contada através da exploração e seus conflitos não é coisa do passado. A superfície modificada do território é a mais contemporânea morfologia do país.

Sob uma perspectiva crítica, a ação de inventariar o território como ele se apresenta em sua maneira mais recente é um esforço da ordem do inacabável, visto que existe uma eterna continuidade nas transformações do solo e da paisagem. O presente inventário fornece um compilado territorial, geométrico, brasileiro, urbano, agrário, minerário, infraestrutural e industrial, que descreve uma leitura contundente da realidade, mas que não alcança ser completo nem permanecerá inalterado a partir dele. O inventário passa, então, a servir como um registro de um dado período, a ser comparado com o futuro por vir. Esse contínuo diálogo que se propõe pretende dar ênfase à ocupação do território como aspecto cultural de grande interesse e manter sempre à vista a progressão das linhas que traçamos no chão.

NOTAS

1. Todas as fotos contidas neste trabalho foram tiradas utilizando o Google Earth Pro (Landsat 8) como ferramenta e editadas pela autora, a fim de corrigir eventuais colorações prejudicadas na captura das imagens. As fotos foram registradas durante o mês de outubro de 2019, de acordo com as atualizações correntes do satélite.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.
- CORTEZÃO, Simone. Cartografia da paisagem alterada. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v.3, n.5, p.127-134, 2011.
- DA GRAÇA, João Luís Carrilho. Metamorfose. **Jornal Arquitectos**, Lisboa, n.206, p.8-11, maio/jun. 2002.
- IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**, 2019. Disponível: <idades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: nov. 2019.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (org.). **Espaço e cidade**: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario >. Acesso em: mar. 2021.
- PETROBRÁS descobre indício de petróleo no Rio Grande do Norte. **Petronotícias**, 5 set. 2013. Disponível em: <petronoticias.com.br/archives/36238>. Acesso em: nov. 2019.
- PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA DO MEL. Disponível em: <serradomel.rn.gov.br/>. Acesso em: nov. 2019.
- RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- SEQUEIRA, Marta. O território como invariável. In: DA GRAÇA, João Luís Carrilho et. al. (org.). **Carrilho da Graça**: Lisboa. 1. ed. Porto: Dafne Editora, 2015. p.31-62.
- SNA — SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Matopia**: Nova fronteira agrícola no Brasil deve ter alta de 21,4% na produção em 11 safras. 13 out. 2014. Disponível em: <www.sna.agr.br/matopiba-nova-fronteira-agricola-no-brasil-deve-ter-alta-de-214-na-producao-em-11-safras/>. Acesso em: nov. 2019.
- TORRECILLAS, Antonio Jiménez. La poesía de lo pragmático: una conversación con João Luís Carrilho da Graça. **El Croquis**, Madrid, n.170, p.22-36, 2014.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Escola da Cidade em 2019.
clara.abussamra@gmail.com